

12/09/2017

PRIMEIRA TURMA

TERCEIRO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
REDATORA DO : **MIN. ROSA WEBER**
ACÓRDÃO
AGTE.(S) : **EDUARDO DA COSTA PAES**
ADV.(A/S) : **ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E**
OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
PROC.(A/S)(ES) : **PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**

INQUÉRITO. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA. DETENTOR DE PRERROGATIVA DE FORO. COINVESTIGADO SEM PRERROGATIVA FUNCIONAL. FASE EMBRIONÁRIA DA INVESTIGAÇÃO. IMBRICAÇÃO DE CONDUTAS. APURAÇÃO CONJUNTA. PRECEDENTES.

1. Havendo detentores e não detentores de prerrogativa de foro na mesma investigação criminal, orienta a atual jurisprudência desta Suprema Corte no sentido de proceder ao desmembramento como regra, com a ressalva do coinvestigado relativamente ao qual imbricadas a tal ponto as condutas que inviabilizada a cisão.

2. Imbricação de condutas identificada no caso, a apontar para a apuração conjunta da investigação quanto aos coimPLICADOS, presente o estágio embrionário da investigação.

3. Agravo regimental provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal em dar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Ministra Redatora do acórdão e por maioria de votos, em sessão presidida pelo Ministro Marco Aurélio, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas. Vencidos os Ministros Marco Aurélio, Relator, e Alexandre de Moraes.



INQ 4435 AGR-TERCEIRO / DF

Brasília, 19 de setembro de 2017.

Ministra Rosa Weber
Redatora do acórdão

**12/09/2017****PRIMEIRA TURMA****TERCEIRO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL**

RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
REDATORA DO : **MIN. ROSA WEBER**
ACÓRDÃO
AGTE.(S) : **EDUARDO DA COSTA PAES**
ADV.(A/S) : **ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E**
OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
PROC.(A/S)(ES) : **PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto, como relatório, as informações prestadas pelo assessor Dr. Rafael Ferreira de Souza:

O inquérito foi instaurado para investigar a suposta prática, pelo deputado federal Pedro Paulo Carvalho Teixeira e por Eduardo da Costa Paes, dos delitos versados nos artigos 317 (corrupção passiva), combinado com o 327, parágrafos 1º e 2º, e 333 (corrupção ativa) do Código Penal; 1º (ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime), inciso V (contra a Administração Pública), da Lei nº 9.613/1998; e 22 (efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas) da Lei nº 7.492/1986. O Procurador-Geral da República, no requerimento de instauração da investigação, apontou declarações prestadas em acordos de delação premiada, no âmbito da denominada Operação Lava Jato, pelos colaboradores Leandro Andrade Azevedo, Benedicto Barbosa da Silva Júnior e Luiz Eduardo da Rocha Soares.

Vossa Excelência, em 23 de junho de 2017, determinou o desmembramento destes autos, com reprodução integral e

**INQ 4435 AGR-TERCEIRO / DF**

encaminhamento ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, para sequência quanto ao investigado Eduardo Paes, que não detém prerrogativa de, ajuizada ação penal, vir a ser julgado pelo Supremo.

Eduardo da Costa Paes, mediante a petição/STF nº 36.928/2017, subscrita por advogado credenciado, interpõe agravo, postulando a reconsideração da decisão. Ressalta a existência de conexão entre as supostas condutas atribuídas a si e ao deputado federal Pedro Paulo. Alude ao fato de o relator inicial, ministro Edson Fachin, ter acolhido pedido do Ministério Público para a instauração do inquérito sem cogitar do desmembramento. Diz haver pronunciamentos do Pleno e da Primeira Turma a autorizarem que cidadãos não detentores de foro por prerrogativa de função permanecessem sob a jurisdição do Supremo, especialmente quando o número de réus ou investigados não é expressivo.

Vossa Excelência, em 13 de julho de 2017, determinou a intimação do Ministério Público Federal para apresentar contraminuta.

A Procuradoria-Geral da República, por meio da petição/STF nº 43.763, ressalta ter o agravante praticado condutas estreita e essencialmente vinculadas ao parlamentar investigado. Aduz estarem ambos envolvidos nos mesmos eventos criminosos. Diz mostrar-se essencial a produção unificada das provas ao longo do processo e a análise final, com o objetivo de não prejudicar a investigação e, especialmente, a prestação jurisdicional. Destaca incidir a regra atrativa de competência prevista no artigo 77, inciso I, do Código de Processo Penal. Requer a reconsideração do pronunciamento que implicou o desmembramento dos autos. Caso não acolhido o pedido, opina pelo provimento do agravo interno.

É o relatório.

**12/09/2017****PRIMEIRA TURMA****TERCEIRO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL****V O T O**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Atendeu-se aos pressupostos de recorribilidade. A peça, subscrita por advogado regularmente credenciado, foi protocolada no prazo legal. Publicada a decisão de folha 115 a 118, de 23 de junho de 2017 (sexta-feira), no Diário da Justiça de 30 de junho seguinte (sexta-feira), o agravo foi formalizado no dia 29 imediatamente anterior (quinta-feira). Conheço.

Reitero o veiculado, à folha 115 à 118, no tocante ao desmembramento do inquérito com relação àquele que não detém a prerrogativa de ser julgado pelo Supremo. Observem não poder a legislação instrumental referente à continência e à conexão alterar competência fixada na Constituição Federal.

As normas definidoras da competência do Supremo são de Direito estrito. Cabe ao Tribunal o respeito absoluto ao artigo 102 da Constituição Federal. Sob o ângulo das infrações penais comuns, cumpre-lhe processar e julgar originariamente o Presidente e o Vice-Presidente da República, os membros do Congresso Nacional, os próprios ministros que o integram e o Procurador-Geral da República, mostrando-se mais abrangente a competência, a alcançar infrações penais comuns e crimes de responsabilidade, considerados os ministros de Estado, os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no artigo 52, inciso I, da Constituição Federal, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente – alíneas “b” e “c” do inciso I do artigo 102 do texto constitucional.

Forçoso é concluir que, em se tratando do curso de inquérito voltado à persecução criminal, embrião da ação a ser proposta pelo Ministério Público, a tramitação sob a direção deste Tribunal, presentes atos de constrição, pressupõe o envolvimento de autoridade detentora da prerrogativa de foro, de autoridade referida nas citadas alíneas “b” e “c”.

**INQ 4435 AGR-TERCEIRO / DF**

Descabe interpretar o Código de Processo Penal conferindo-lhe alcance que, em última análise, tendo em conta os institutos da conexão ou continência, acabe por alterar os parâmetros constitucionais definidores da competência do Supremo. Alegação de ordem prática, alusiva à necessidade de evitar-se, mediante a reunião de ações penais, decisões conflitantes, não se sobrepõe à competência funcional estabelecida em normas de envergadura maior, de envergadura insuplantável, como são as contidas na Constituição Federal. O argumento calcado no pragmatismo pode mesmo ser refutado considerada a boa política judiciária, isso se fosse possível colocar em segundo plano a ordem processual, tal como contemplada no arcabouço normativo.

O Supremo, hoje, encontra-se inviabilizado ante sobrecarga invencível de processos. Então, os plúrimos, a revelarem ações penais ajuizadas contra diversos cidadãos, viriam a emperrar, ainda mais, a máquina judiciária, projetando para as calendas gregas o desfecho almejado. A problemática do tratamento igualitário – e cada processo possui peculiaridades próprias, elementos probatórios individualizados – não é definitiva, ante a recorribilidade prevista pela ordem jurídica e, até mesmo, a existência da ação constitucional do *habeas corpus*. Em síntese, somente devem tramitar sob a direção do Supremo os inquéritos que envolvam detentores de prerrogativa de foro, detentores do direito de, ajuizada ação penal, virem a ser julgados por ele, procedendo-se ao desdobramento conforme ocorrido no caso.

Desprovejo o agravo.

**12/09/2017****PRIMEIRA TURMA****TERCEIRO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL****VOTO**

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES - Presidente, eu tenho, obviamente, conhecimento da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que sempre fez uma análise, como Vossa Excelência disse, às vezes no cravo, às vezes na ferradura.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE E RELATOR) – Leve à conta de um arroubo de retórica.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES - Uma análise que me parece, com a devida vênia, errônea em interpretar as competências do Supremo Tribunal Federal a partir da lei processual, e não o inverso. Por que digo isso? Conforme Vossa Excelência colocou, isso ocorre desde o início da República no Supremo Tribunal Federal. No célebre caso *Marbury v. Madison*, da Suprema Corte, em 1803, e na nossa República, já em 1892, acórdão do Supremo dizendo que as competências da Corte Suprema são taxativamente previstas na Constituição. Não é possível, até como uma proteção ao Supremo Tribunal Federal e ao exercício da jurisdição, que o legislador possa ampliá-la livremente por normas ordinárias. E o legislador várias vezes tentou. Recentemente nós tivemos alteração do Código de Processo Penal ampliando o foro privilegiado para questões de improbidade, e o Supremo declarou inconstitucional.

De outro lado - e aí que me parece haver um equívoco interpretativo -, quando se analisa as normas de conexão e continência, que são normas ordinárias, normas que permitem ao legislador, por alteração do que é continência e conexão, ampliar a competência do Supremo Tribunal Federal, quando se analisa as normas de conexão e continência, agrega-se essas normas ao artigo 102, como se elas também tivessem *status* constitucional; e, ao meu ver, não têm. E sigo Vossa Excelência nesse aspecto de que normas ordinárias, mesmo de conexão e continência, são normas ordinárias, não são normas constitucionais com força ampliativa

INQ 4435 AGR-TERCEIRO / DF

do rol exaustivo, taxativo e já exagerado - nós temos, no Brasil, a Constituição com maior número de foros privilegiados de todas as constituições. Não podemos permitir que normas ordinárias, mesmo que sejam normas de conexão e continência, acabem ampliando ainda mais esse rol.

E vou além. Essa interpretação que permite, em caso de continência e conexão, que a pessoa saia do seu juízo natural e venha ao Supremo Tribunal Federal diretamente fere um dispositivo expresso também do Pacto de São José da Costa Rica, que garante o chamado direito de recorrer a todo réu. Obviamente não só essa norma, como os tratados internacionais recepcionam os casos de foro privilegiado, mas, nos casos onde não há expressa previsão de foro especial, a pessoa tem o direito também de uma segunda instância, tem o direito ao seu juízo natural, tem o direito de recorrer a outras instâncias.

Ora, de um lado nós não temos previsão do artigo 102 de ampliação do foro privilegiado por conexão e continência e, do outro lado, a aplicação das normas meramente ordinárias nessa ampliação também fere o Pacto de São José da Costa Rica. Então, ao meu ver, o desmembramento deve ocorrer sempre. O desmembramento é exatamente dar a cada um o seu juízo natural. A previsão do juízo natural é uma previsão constitucional em defesa - apesar de às vezes poder ser utilizado de forma errônea - do cargo, não há por que ampliar isso de forma ordinária.

Volto a insistir, isso acabaria afastando toda a doutrina constitucional no sentido de que não ser possível ao legislador ampliar as competências do Supremo. Amanhã uma nova lei ordinária altera o Código de Processo Penal e cria mais vinte casos de conexão e continência, esses vinte casos viriam também para o Supremo Tribunal Federal.

Com essas rápidas considerações, Presidente, acompanho integralmente Vossa Excelência.

**12/09/2017****PRIMEIRA TURMA****TERCEIRO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL****ANTECIPAÇÃO AO VOTO**

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Senhor Presidente, peço vênua a Vossa Excelência para divergir. Eu provejo o agravo.

O agravo foi interposto pelo investigado Eduardo Paes.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE E RELATOR) – E envolve o deputado federal Pedro Paulo Carvalho Teixeira.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - E, fazendo a leitura das contrarrazões apresentadas a este agravo regimental pelo Ministério Público, verifico que o Procurador-Geral da República manifesta concordância com o agravante no sentido de que seja provido. Ou seja, em um primeiro momento, pede a reconsideração, por óbvio, por parte de Vossa Excelência. E, em um segundo momento, ou seja, sucessivamente, pede seja submetido ao Colegiado e provido.

O investigado e o Ministério Público estão de acordo que há, entre as condutas imputadas e sob investigação, imbricação tal dos fatos que traria prejuízo à investigação o desmembramento imediato.

Quando participei do julgamento da AP 470, a orientação do Supremo Tribunal Federal era no sentido de não determinar, desde logo, o desmembramento. E, por isso, tivemos aquela ação com um número enorme de réus. Evoluiu a jurisprudência. E, aqui nesta Turma, na minha visão, a orientação prevalecente tem sido a de que a regra é o desmembramento, a não ser que a imbricação entre as condutas se mostre, como eu disse, de tal monta que o desmembramento implique prejuízo às próprias investigações e à coleta da prova.

Por isso, respeitosamente, Senhor Presidente, eu me manifesto no sentido dessa jurisprudência que assentamos majoritariamente. Concluo pelo provimento do agravo regimental.

Nada impedirá que, mais adiante, se for o caso, possa haver esse desmembramento. Assim é que tenho procedido: em um primeiro



INQ 4435 AGR-TERCEIRO / DF

momento, mantenho. E me parece que nessa linha se havia orientado o Relator anterior. Por óbvio, são compreensões diversas, todas respeitáveis. Mas eu aplico a jurisprudência da Turma.



12/09/2017

PRIMEIRA TURMA

TERCEIRO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL

VOTO

1. A Senhora Ministra Rosa Weber (Redatora para o acórdão): Trata-se de **agravo regimental** em **inquérito** sob a relatoria do eminente Ministro Marco Aurélio, no curso do qual Sua Excelência determinou o **desmembramento dos autos**, com reprodução integral e encaminhamento ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, para prosseguir quanto ao investigado **não detentor de prerrogativa de foro**, o agravante **Eduardo da Costa Paes**.

Em consequência, mantido no polo passivo da investigação nesta Suprema Corte apenas o coinvestigado **Pedro Paulo** Carvalho Teixeira, **Deputado Federal**, detentor da **prerrogativa de foro** prevista nos artigos 53, § 1º, e 102, I, “b”, da CF.

2. Sustenta o agravante a existência de **conexão** entre as **condutas** atribuídas a **ele** e ao **coinvestigado Pedro Paulo**. Menciona que o Relator originário, o eminente Ministro Edson Fachin, **instaurou o inquérito** sem cogitar do **desmembramento** e reporta **precedentes** desta Suprema Corte no sentido de processar **conjuntamente** detentores e não detentores de prerrogativa de foro em casos de evidente **conexão**.

3. O Procurador-Geral da República, em contrarrazões, manifestou-se pelo **provimento do recurso**, forte na regra de conexão prevista no artigo 77, I, do CPP.

4. Na sessão de julgamento do dia 12.9.2017, o eminente Ministro Marco Aurélio **negou provimento** ao **agravo regimental** ao argumento de que somente devem tramitar nesta Suprema Corte “(...) os **inquéritos concernentes a detentores de prerrogativa de foro, ou seja, do direito de, ajuizada ação penal, virem a ser julgados por ele**”, no que foi acompanhado pelo

**INQ 4435 AGR-TERCEIRO / DF**

Ministro Alexandre de Moraes.

Apresentei **divergência**, tendo sido acompanhada pelo Ministro Luiz Fux e, na sessão seguinte, em 19.9.2017, pelo Ministro Roberto Barroso.

5. Consabido que este Supremo Tribunal Federal tem **competência constitucional originária** para o processamento e julgamento de crimes imputados a determinados **agentes políticos e autoridades públicas**, dentre os quais **parlamentares federais** (arts. 53, § 1º, e 102, I, “b”, da Constituição Federal), a abranger, conforme a **excepcionalidade** do caso, por **prorrogação**, os coacusados desses mesmos crimes (artigos 76, 77 e 79 do Código de Processo Penal).

A **extensão do foro** desta Suprema Corte a quem não é constitucionalmente detentor da prerrogativa funcional, contudo, é **medida restrita** que se justifica apenas nos casos em que se mostrem **intimamente associadas** as condutas, **imbricadas** a tal ponto que a cisão implique por si só **prejuízo** ao esclarecimento dos fatos ou ao **andamento** da marcha processual. O próprio instituto do foro por prerrogativa de função é exceção constitucional ao **princípio republicano**, demandando, por isso mesmo, aplicação **comedida**. Nesse sentido, *v.g.*, os seguintes **precedentes**: AP 853, de minha relatoria, DJe de 21.5.2014; AgRg no Inq. 3515/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 14.3.2014; Inq 2601 QO, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe de 17.5.2013; AP 396, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe de 28.4.2011.

No caso, conforme apontado pelo Procurador-Geral da República, os *“atos praticados por PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA e EDUARDO DA COSTA PAES estão **umbilicalmente interligados**, de forma que o desmembramento do feito (...) prejudicará a completa compreensão dos fatos e a adequada colheita instrutória”*. (original sem destaques).



INQ 4435 AGR-TERCEIRO / DF

Assim, o **estágio embrionário** da investigação não recomenda, ao menos por ora, a **cisão processual**; descritas, com **vínculo associativo próximo**, as condutas do detentor e do não detentor da prerrogativa, em ordem a revelar maior **eficiência na colheita unificada** das provas.

Essa linha de compreensão venho adotando nas ações penais e inquéritos sob a **minha relatoria**. **Destaco:** INQ 4310, inq 3620, inq 3621, inq 4034, PET 5558, AP 580.

6. Ante o exposto, com a **devida vênia**, **divirjo** do eminente Relator, Ministro Marco Aurélio, e voto pelo **provimento do agravo regimental** .



12/09/2017

PRIMEIRA TURMA

TERCEIRO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL

VOTO

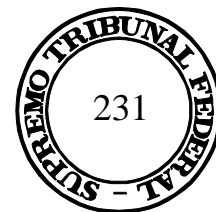
O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, egrégia Turma, ilustre representante do Ministério Público, senhores advogados presentes.

Senhor Presidente, o nosso Plenário já decidiu que, de acordo com o caso concreto, eventualmente pode haver essa necessidade de uma acusação momentaneamente indissolúvel. Porque, na verdade, o que o Código de Processo Penal não pode é retirar da competência do Supremo aquilo que já está estabelecido.

Agora, os fenômenos de conexão e continência estão *a latere* da competência do Supremo Tribunal Federal. Então, se não houver possibilidade de se apurar uma infração, a não ser juntando pessoas que não têm prerrogativa de foro no STF, prevalece aí o interesse da investigação. Porque a conexão e a continência visam, exatamente, a unidade de julgamento para que não haja decisões contraditórias. Imaginem, neste caso, que um recolhia supostamente os fundos para a campanha do outro e que um fosse absolvido e o outro condenado. Seriam decisões inconciliáveis. A conexão visa evitar decisões contraditórias - que carregam desprestígio para o Poder Judiciário -, o que é um valor mais elevado, que está em consonância com o que prega a Constituição Federal.

Portanto, eu vou pedir vênias para acolher esse agravo que tem, digamos assim, nas contrarrazões, a concordância do Ministério Público. E cito o Inq 4.104, da Segunda Turma, e a AP 853, mais recente, de 2014, inclusive, da relatoria da Ministra Rosa Weber, em que o Pleno assentou esse entendimento.

Peço vênias à divergência.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

TERCEIRO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

REDATORA DO ACÓRDÃO : MIN. ROSA WEBER

AGTE.(S) : EDUARDO DA COSTA PAES

ADV.(A/S) : ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA (0012500/DF) E

OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: Após os votos dos Ministros Marco Aurélio, Presidente e Relator, e Alexandre de Moraes, que negavam provimento ao terceiro agravo regimental; e dos votos dos Ministros Rosa Weber e Luiz Fux, que o proviam, a Turma adiou o julgamento do processo a fim de se aguardar voto de desempate do Ministro Luís Roberto Barroso, ausente justificadamente. Primeira Turma, 12.9.2017.

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Luiz Fux, Rosa Weber e Alexandre de Moraes. Ausente o Senhor Ministro Luís Roberto Barroso em razão de participação na Reunião de Ministros de Supremas Cortes no Global Constitutionalism Seminar, na Universidade de Yale, nos Estados Unidos.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odin Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma



19/09/2017

PRIMEIRA TURMA

TERCEIRO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL

VOTO DESEMPATE

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO:

Ementa: DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. DESMEMBRAMENTO. OPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CONDUTAS INSEPARAVELMENTE UNIDAS. INADEQUAÇÃO DO DESMEMBRAMENTO NESTE MOMENTO EMBRIONÁRIO. AGRAVO PROVIDO.

1. O Plenário desta Corte, quando do julgamento do Inq 3515 AgR, já assentou que é excepcional o foro por prerrogativa de função e, por consequência, a competência do Supremo Tribunal Federal para o processamento de inquéritos e ações penais originárias.
2. É a união das condutas, e não sua mera conexão, que aponta a impossibilidade de se proceder ao desmembramento do processo.
3. No caso em análise, o atual estágio da investigação revela que o agravante e o Parlamentar supostamente atuavam em conjunto no recebimento de vantagens indevidas, alternando-se nos papéis de

INQ 4435 AGR-TERCEIRO / DF

beneficiário e operador/facilitador. Deste modo, as condutas estão de tal forma unidas que não é possível apurar os fatos de maneira dissociada. O desmembramento, diante dos elementos coletados até o presente momento, traria inequívoco prejuízo às investigações, daí a excepcionalidade do não desmembramento.

4. Releva ressaltar não estou propondo a fixação, em definitivo, da competência desta Corte para julgamento de eventual ação penal em desfavor do agravante. Proponho, apenas, que, diante dos fatos até o momento apurados, o desmembramento não seja efetuado para não gerar prejuízos as investigações. Nada impede que, posteriormente, o feito seja desmembrado.

5. Agravo regimental conhecido e provido.

RELATÓRIO:**I. A HIPÓTESE**

1. Trata-se de agravo regimental interposto por Eduardo Paes em face de decisão monocrática do Relator, Min. Marco Aurélio, que determinou o desmembramento do inquérito para figurar no polo passivo apenas o Deputado Federal Pedro Paulo.

2. Sustenta o agravante, em síntese, que: (i) existe conexão entre as condutas praticadas por ele e pelo detentor de prerrogativa de foro perante o Supremo Tribunal Federal; (ii) o Relator original, Min. Luiz Edson Fachin, acolheu o pedido de instauração de inquérito, sem cogitar

**INQ 4435 AGR-TERCEIRO / DF**

de desmembramento; (iii) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal permite que cidadãos não detentores de foro por prerrogativa de função sejam processados perante esta corte.

3. Em contrarrazões, o Ministério Público Federal sustenta que: (i) as condutas do agravante estão estreita e essencialmente vinculadas às do Parlamentar; (ii) é essencial a produção unificada de provas ao longo do processo para evitar prejuízo às investigações. Requereu, assim, o provimento do agravo.

VOTO:**II. A QUESTÃO DEBATIDA NOS AUTOS:
IMPOSSIBILIDADE DO DESMEMBRAMENTO**

1. Conheço do agravo porque tempestivo.

2. Registro de início que, conforme deliberado pelo Plenário desta Corte quando do julgamento do Inq 3515 AgR, é excepcional o foro por prerrogativa de função e, por consequência, a competência do Supremo Tribunal Federal para o processamento de inquéritos e ações penais originárias. Assim, a menos que haja risco de prejuízo relevante para a apuração dos fatos investigados e/ou para a prestação jurisdicional, deve-se proceder ao desmembramento de investigação ou processo já instaurado a fim de limitar a atuação do Supremo Tribunal Federal aos detentores de foro por prerrogativa de função.

3. Registro, por igual, que entendo deva ser prestigiada a decisão do Relator quanto à condução das investigações, inclusive no que se refere ao desmembramento. No entanto, embora tenha como orientação preservar a decisão do Relator, no caso dos autos, verifico, em concreto, hipótese que justifica a excepcional prorrogação de competência

**INQ 4435 AGR-TERCEIRO / DF**

desta Corte.

4. O inquérito foi instaurado em 04.04.2017 e as diligências investigativas ainda estão em fase inicial. A narrativa dos colaboradores, que deu origem ao presente inquérito, aponta que o Parlamentar PEDRO PAULO e o agravante EDUARDO PAES atuavam em conjunto no recebimento de vantagens indevidas, alternando-se nos papéis de beneficiário e operador/facilitador. É o que consta do depoimento do colaborador LEANDRO ANDRADE, no sentido de que: (i) no ano de 2010, EDUARDO PAES facilitou o recebimento de vantagem indevida por PEDRO PAULO; (ii) no ano de 2012, PEDRO PAULO operacionalizou a vantagem indevida recebida por EDUARDO PAES.

5. Portanto, neste momento, observo que as condutas estão de tal forma unidas que o desmembramento causaria prejuízo para a instrução e/ou julgamento da ação penal. Esta foi a visão trazida pelo próprio órgão responsável pelas investigações, ao qual cabe a decisão a respeito das diligências investigativas a serem adotadas.

6. De se destacar, ainda, que não é a mera conexão entre os fatos delitivos que atrai a competência desta Corte para o processamento do indivíduo não detentor de foro por prerrogativa de função. É a união indissociável de condutas, a revelar a impossibilidade de, neste momento, delinear-las e individualizá-las.

7. Releva ressaltar, por fim, que, embora o direito ao duplo grau de jurisdição seja mitigado no julgamento de ações penais originárias perante o Supremo Tribunal Federal, é a própria Constituição Federal que determina o foro por prerrogativa, sobre o qual já tive a oportunidade de manifestar a minha opinião. De todo modo, não estou propondo a fixação, em definitivo, da competência desta Corte para julgamento de eventual ação penal em desfavor do agravante. Proponho, apenas, que, diante dos fatos até o momento apurados, o



INQ 4435 AGR-TERCEIRO / DF

desmembramento não seja, por ora, efetuado para não gerar prejuízos as investigações, tal como requerido pelo investigado, com a concordância do Ministério Público.

III. CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, conheço e provejo o agravo regimental.



19/09/2017

PRIMEIRA TURMA

TERCEIRO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE E RELATOR) – Sinto-me, de qualquer forma, lisonjeado em continuar capitaneando o inquérito que envolve o ex-prefeito Eduardo Paes.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

TERCEIRO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

REDATORA DO ACÓRDÃO : MIN. ROSA WEBER

AGTE.(S) : EDUARDO DA COSTA PAES

ADV.(A/S) : ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA (0012500/DF) E

OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: Após os votos dos Ministros Marco Aurélio, Presidente e Relator, e Alexandre de Moraes, que negavam provimento ao terceiro agravo regimental; e dos votos dos Ministros Rosa Weber e Luiz Fux, que o proviam, a Turma adiou o julgamento do processo a fim de se aguardar voto de desempate do Ministro Luís Roberto Barroso, ausente justificadamente. Primeira Turma, 12.9.2017.

Decisão: Por maioria de votos, a Turma deu provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Ministra Rosa Weber, redatora do acórdão, vencidos os Ministros Marco Aurélio, Presidente e Relator, e Alexandre de Moraes. Primeira Turma, 19.9.2017.

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Luiz Fux, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma